

Plano de Descarbonização

O Plano de Descarbonização da JGP

Introdução

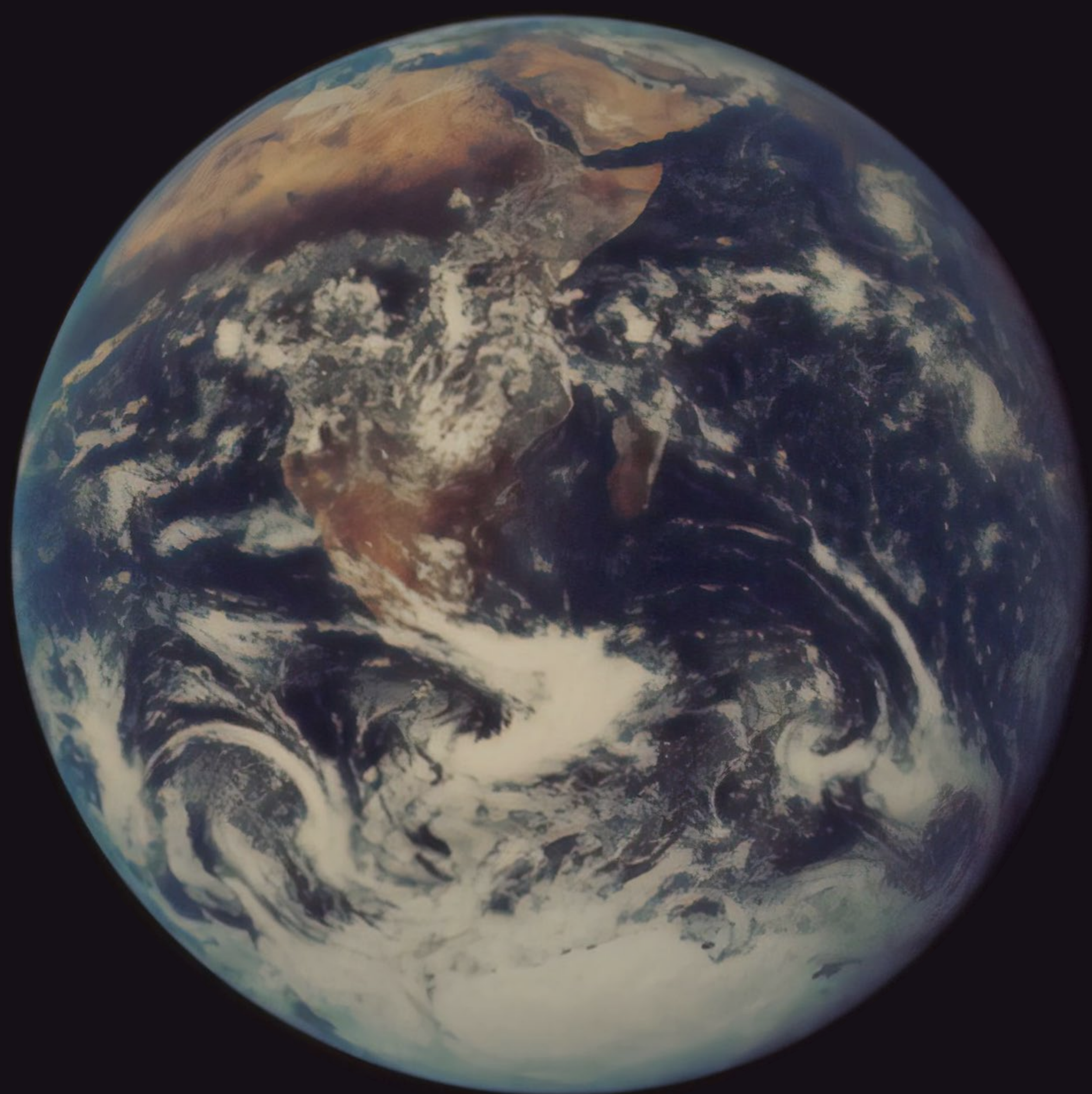
Ao passo que os efeitos do aquecimento global antropogênico são observados e sentidos ao longo de muitas décadas (diferentemente dos efeitos de uma Pandemia como a que vivemos), eles podem ser devastadores e são de difícil reversão. Estamos entrando numa fase cujo efeito cumulativo pode ter impactos severos para muitas economias, sobretudo, as mais frágeis, como é o caso da economia brasileira.

Para as gestoras de recursos como a JGP, cabe a importante função de nos alinharmos e demandarmos que as empresas das quais somos (ou potencialmente seremos) acionistas ou credores invistam e fomentem as tecnologias para que eliminemos nos próximos 30 anos volumes relevantes das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE ou GHG, na sigla em inglês). Esta tarefa não tem precedentes em termos de uma alteração tão dramática na matriz primária energética global, e por isso demanda urgência.

Em relação às empresas e instituições financeiras brasileiras, consideramos, por enquanto, as atitudes acerca da transição energética e atenção quanto ao risco da mudança climática tímidas. Em nossa opinião, o setor corporativo não deve aguardar a regulação ou os subsídios governamentais e deve até mesmo investir em tecnologias com NPV negativo (à primeira vista) se necessário, sobretudo, no caso dos grandes emissores de GEE, como as empresas de petróleo, siderurgia, mineração, frigoríficos, entre outras. O NPV financeiro é negativo? Trata-se da licença social de operação, caso não tenham ainda a afinidade cultural em ajudar a evitar o naufrágio do navio no qual estão embarcados.

Nas próximas páginas, apresentaremos o Plano de Descarbonização que dará sustentabilidade aos nossos compromissos climáticos de reduzirmos à metade o balanço de nossas emissões de escopo 1, 2 e 3 até 2030 e zerá-lo até 2040.

Nossa visão sobre Finanças Climáticas



Superação do modelo atual de finanças verdes

As estratégias adotadas para finanças verdes atualmente se mostraram insuficientes perante a magnitude e urgência das mudanças climáticas. Em um dos esforços coletivos mais robustos dos mercados globais de capitais, a disseminação de práticas de finanças verdes se estruturou em um sistema de premiação de investimentos e ativos com rotulagem ESG, seja em prazo, condições, taxas de juros ou preços. Compromissos setoriais como o NetZero Asset Managers Initiative reúnem hoje 220 signatários em um total de 57 trilhões de dólares em ativos sob custódia e apresentaram um crescimento exponencial em relação a sua base recente – em março de 2021, esse compromisso se resumia a 73 signatários com 32 trilhões de dólares sob custódia e, em janeiro, era composto por 30 signatários com uma fração desse AuM.

A migração de fundos tradicionais para fundos com práticas de neutralidade de carbono deve acelerar nos próximos anos. O novo balanço do AuM global a favor da disponibilidade de capital climaticamente consciente e a urgência na transição verde possivelmente têm capacidade de transformar a política de prêmio verde até agora dominante para um cenário de restrição de capital e mercado para produtos não alinhados com a estratégia de combate a mudanças climáticas.

A conseqüente escassez de capital para ativos que apresentem elevados índices de externalidades negativas será mais severa nos setores que possuam alternativas de redução desses impactos seja por tecnologias substitutas, setores insurgentes ou modelos de negócio mais eco-eficientes.

Em suma, não é que haverá dinheiro mais barato para quem for verde, mas sim uma redução de mercado e oferta de capital para quem não estiver focando na transição verde de seus negócios.

Responsabilização das Empresas por Externalidades Diretas e Indiretas

A compreensão expandida da responsabilidade das empresas sobre as externalidades socioambientais de suas atividades econômicas obrigará os agentes de mercado a adotar políticas mais afirmativas de controle de suas cadeias produtivas, consumo e pós-consumo de seus produtos. O recrudescimento de políticas de combate à incorporação de etapas intensivas em externalidades negativas no processo produtivo irá vulnerabilizar o posicionamento competitivo de empresas que falharem em seus mecanismos de mapeamento e mitigação de impactos climáticos de suas cadeias. Devemos observar o aumento da presença de discursos *anti-dumping* ambiental nos mecanismos tarifários globais, como o *Carbon Border Adjustment Mechanism* (CBAM), e na política de fornecedores de empresas, excluindo do mercado empresas que não conseguirem atender aos novos rigores ambientais de seus compradores e mercados-alvo.

O Início da Era da Restauração Ambiental

Simplemente preservar não é mais suficiente. A restauração de biomas, prioritariamente aqueles de maior capacidade de estoque de carbono, e a recuperação dos ativos naturais como ativos florestais e solo, ingressará no cálculo de impacto de externalidades de bens e serviços, principalmente aqueles que dependem do uso do solo. Essa tendência se extrai da conclusão do relatório IPCC que considera essencial e urgente não somente a interrupção das emissões intensivas de GEE mas a retirada destes gases da atmosfera. Tecnologias como DAC (*Direct Air Capture*) e CSS (*Carbon Sequestration and Storage*) são promissoras, mas não são tempestivas e efetivas para alcançarmos níveis aceitáveis de temperatura global. Ações de restauração ambiental e recuperação da capacidade dos ecossistemas de regulação do clima do planeta são comparativamente mais eficientes e comprovadas, devendo ser o foco das políticas de combates às mudanças climáticas.

Como consequência dessa nova tendência, observaremos aumento no rigor de mercados e governos na restrição a produtos que dependam da redução de cobertura vegetal para implementação das suas atividades econômicas.

Resiliência climática e capacidade de execução de um programa de transição para economia verde como indicadores de competitividade empresarial

A leitura atenta do relatório IPCC AR6 nos leva a duas principais conclusões: a primeira é que a economia global terá que fazer uma transição rápida com início imediato para um modelo mais inclusivo, regenerativo e verde; a segunda é que as mudanças climáticas que já nos afetam têm uma elevada probabilidade de piora nas próximas três décadas. Precisamos inserir novos indicadores para traduzir essa nova realidade em nossos modelos analíticos de empresas e ativos para investimento.

Apresentam-se como indicadores qualitativos relevantes para sofisticação de nossos modelos analíticos a resiliência climática e a capacidade de transitar com sucesso do modelo econômico atual para os novos modelos da economia verde. No primeiro indicador, deve-se mensurar a capacidade da atividade econômica da empresa responder às mudanças climáticas relatadas pelo relatório IPCC, tal qual aumento de temperatura, instabilidade nos regimes de seca e chuva e escassez hídrica, e como a construção dessa resiliência afetará a competitividade do negócio. No segundo indicador, devemos realizar análise sobre a suficiência e viabilidade econômica e científica dos esforços empreendidos necessários para a transição para modelos ambientalmente mais competitivos.

A resposta insatisfatória a um desses dois indicadores poderá representar um risco de descontinuidade da empresa ou do setor por obsolescência ou falta de resiliência, riscos reais que veremos se manifestar nos próximos anos.

O caso das estratégias NetZero baseadas em *offset* e a ascensão do *inset*

Uma fatia significativa das estratégias hoje apresentadas para zerar o balanço de carbono é baseada em *offsets*, ou seja, a aquisição de créditos de carbono de projetos alheios a essas empresas. Como resultado do aumento considerável dos compromissos de NetZero no último ano, a opinião de especialistas tem seguido no caminho do questionamento desse tipo de plano de descarbonização. Essas críticas devem aumentar com as conclusões pela emergência climática do relatório IPCC. O favorecimento de adoção de práticas de *inset*, ou seja, de incorporação pelas empresas emissoras de boas práticas para combate às mudanças climáticas dentro de sua cadeia, desponta como a estratégia mais desejável para que metas de carbono zero sejam alcançadas.

Estratégia de Descarbonização

A estratégia de descarbonização a ser adotada pela JGP no intuito de alcançar sua meta de balanço neutro de carbono, em seu portfólio de investimentos, se equilibra nos seguintes princípios:

1.

Abordagem cientificamente responsável, transparente e segmentada para todas nossas classes de ativos

2.

Priorização do *Insetting* como estratégia de gestão de portfólio

3.

Atuação proativa com as empresas investidas

4.

Eficiência de alocação de investimentos baseada no alinhamento entre rentabilidade e impacto ecossistêmico

5.

Inovação no desenho de mecanismos financeiros focados em mudanças climáticas

Nas próximas páginas trataremos individualmente de cada um desses princípios, suas justificativas de seleção como diretriz estratégica para nossa atuação climática, seus desdobramentos práticos em nossas operações e como mensuraremos nosso desempenho na aplicação do princípio em debate.

Abordagem cientificamente responsável, transparente e segmentada para todas nossas classes de ativos

A JGP é uma gestora de recursos com diferentes classes de ativos sob sua gestão, tendo, conseqüentemente, diferentes formas de cálculo de impacto e mensuração da responsabilidade de investimento. Para termos o máximo de eficiência no processo de tomada decisória e transparência em nossas externalidades positivas e negativas desenvolvemos abordagens específicas para cada uma das classes de ativos que gerenciamos.

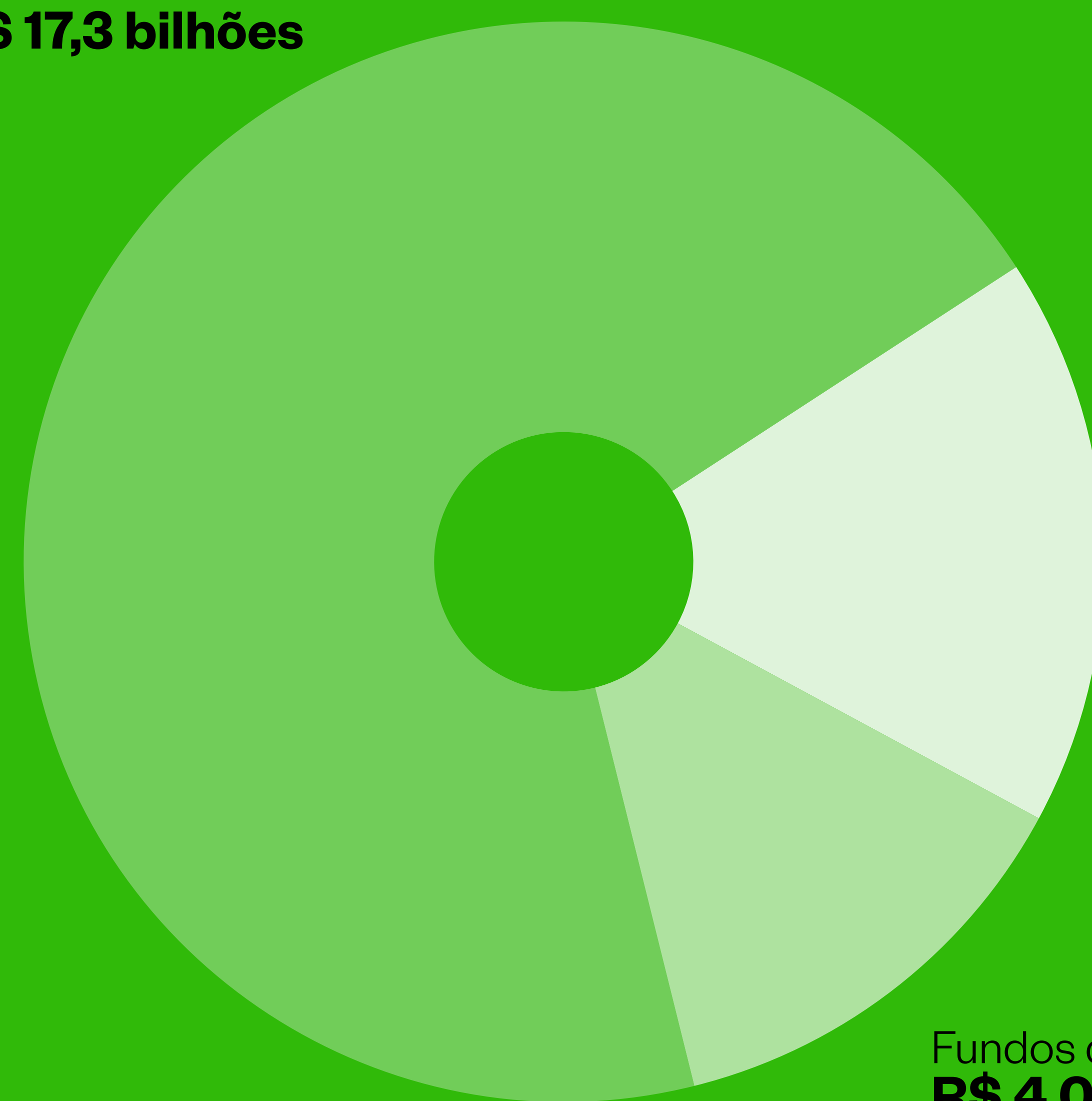
Dividimos nossos ativos nos segmentos de: **A)** Moedas, Juros e Derivativos, **B)** Crédito, e **C)** Renda Variável.

A representatividade dos ativos em nosso AuM total é detalhada abaixo. Vale ressaltar que, enquanto os fundos de crédito são compostos essencialmente por ativos de crédito corporativo e financeiro e os fundos de ações por ativos de renda variável, os fundos multimercados são compostos pelos mais variados ativos:

JGP em números

R\$ 25,8 bilhões
em ativos sob
gestão
— divididos
em diferentes
estratégias

Fundos Multimercados
R\$ 17,3 bilhões



Fundos de Ações
R\$ 4,6 bilhões

Fundos de Crédito
R\$ 4,0 bilhões

Valores calculados em 30 de setembro, 2021

SAIBA MAIS

Em nossa estratégia de descarbonização, a primeira classe de ativos, composta de moedas, juros e derivativos, está excluída temporariamente de nossos compromissos por ausência de uma metodologia consensual global para aplicarmos na penalização ou premiação de ativos dessa classe. A JGP está comprometida em analisar as diferentes boas práticas para essa classe de ativo e pesquisar sua aplicabilidade na gestão de nossas carteiras.

Nos ativos de crédito privado, consideramos o total de emissões de gases de efeito estufa que foram evitadas a partir dos procedimentos financiados pelo ativo no qual investimos. Esse indicador é monitorado anualmente e é representado em toneladas de CO₂ equivalente.

Para apuração do resultado, consideramos tanto as emissões evitadas previstas anualmente, como uma projeção do total de emissões evitadas no *duration* do ativo. Os dados são obtidos a partir dos SPOs emitidos para as operações e consideram a sua visão mais conservadora quando há uma diversidade de cenários possíveis.

Aplicamos como metodologia de cálculo de externalidades a adoção das seguintes práticas:

- 1.** Apuração de *Use of Proceeds* da emissão conforme verificado por terceira parte em SPO (*Second Party Opinion*);
- 2.** Monitoramento nos relatórios pós-emissão do atingimento das metas estabelecidas na emissão rotulada;
- 3.** Ponderação do total de externalidades geradas pelas emissões de acordo com o percentual investido pela JGP no volume total do ativo;
- 4.** Comparativo de desempenho dos indicadores mais materiais do ativo com outros similares.

Todas as externalidades são calculadas a partir de premissas científicas e de verificação de terceira parte, assim como o monitoramento frequente daquelas externalidades no pós-emissão é um fator crítico para alcançarmos a excelência pretendida em nossa gestão de ativos.

Os indicadores R\$/CO₂e evitado e R\$/CO₂e emitido foram selecionados como os principais indicadores para nossas análises devido à sua facilidade de leitura quando comparado com outros indicadores mais disseminados nas discussões de políticas climáticas, tal como CO₂/PIB ou CO₂ per capita. Da mesma forma, são mais representativos do impacto gerado pelos investimentos de crédito e o balanço de carbono pretendido na gestão de pegada de carbono de nossos investimentos. Enquanto o primeiro representa o volume de investimento necessário

para obtermos 1 tonelada de CO₂ equivalente evitado, considerando os impactos previstos nos documentos da emissão ou seus relatórios pós-emissão, o segundo representa a ineficiência de alocação. Ao calcularmos a quantidade de carbono emitida pelos nossos investimentos, conseguimos equiparar pelo mesmo denominador (ton CO₂e). Do resultado da diferença entre toneladas de CO₂ emitidas e evitadas, encontramos o balanço final de emissões para o volume total de investimentos em crédito privado, que nos permite calcular a eficiência de nossa estratégia de aquisição de títulos de dívida corporativa e financeira.

Para termos o máximo de fidedignidade nos números apresentados, decidimos restringir nossa análise somente aos valores apresentados em SPO, relatórios pós-emissão ou inventários de GEE certificados das empresas emissoras, considerando a abrangência do *Use of Proceeds* definido pela emissão. Por esse motivo que desconsideramos de nossos cálculos impactos previstos em redução de emissões sem apuração de emissões brutas totais, cujos números estarão presentes a partir dos relatórios de pós-emissão.

Calculamos o desempenho mais positivo de um ativo de crédito quando observamos nele um menor esforço de alocação para que se obtenha uma maior quantidade de CO₂ equivalente evitado.

A metodologia de apuração da pegada de carbono em ativos de crédito sem *Use of Proceeds* definido está em desenvolvimento pela JGP em conjunto com uma consultoria especializada do setor e segue a fórmula de cálculo estabelecida para equities, considerando-se o total de emissões do ativo investido e não somente o resultado do *Use of Proceeds* do crédito obtido como veremos a seguir.

Para calcularmos as emissões dos investimentos em *Equities*, seguiremos no Plano de Descarbonização as diretrizes do PCAF. O PCAF exige que as instituições financeiras meçam e relatem suas emissões de GEE usando a abordagem de controle operacional ou financeiro. Isso significa que as emissões de empréstimos e investimentos de instituições financeiras (sem controle operacional ou financeiro) serão relatadas sob seu escopo 3 categoria 15 (conforme definido pelo Protocolo GHG).

Premissas de nosso Plano de Descarbonização

Emissões de nossa operação:

- A JGP deve ser responsável por 100% das emissões de operações sobre as quais ela ou uma de suas subsidiárias têm controle e autoridade para introduzir e implementar políticas operacionais.
- A JGP deve relatar 100% das emissões para todas as atividades da empresa onde pode influenciar diretamente as políticas financeiras e operacionais e tem o potencial de se beneficiar economicamente.

Emissões dos portfólios sob gestão da JGP:

A fórmula básica de cálculo de emissão de nossas carteiras será:

Emissões Financiadas = Soma (Fator de Atribuição X Emissões do Mutuário),

no qual o fator de atribuição será definido pelas seguintes premissas:

- A JGP responde por uma parte do valor anual de emissões da empresa financiada determinada pela relação entre o saldo da instituição e o valor da empresa financiada
- O Fator representa a proporção do montante em dívida para o EVIC, no caso das empresas listadas, e o *equity* total + dívida, para companhias privadas. O EVIC representa a soma da capitalização de mercado das ações (ON e PN) no final do ano fiscal e os valores contábeis do total da dívida e interesses minoritários.

A estratégia de descarbonização da JGP diferenciará, em termos metodológicos, a apuração de emissões de carbono de empresas listadas das não listadas.

Para empresas listadas, as emissões financiadas serão calculadas a partir da seguinte fórmula:

Emissões Financiadas = Soma ((Quantia pendente/EVIC) X Emissões do Mutuário)

Para empresas privadas, o cálculo se dará da seguinte forma:

Emissões Financiadas = Soma ((Quantia pendente/Equity Total+Dívida) X Emissões do Mutuário)

Em ambos os casos, define-se valor pendente (numerador) o valor pendente real da empresa listada (MKT Cap) ou dos títulos corporativos (Valor Contábil da Dívida). O valor pendente deve ser definido de acordo com o denominador. O denominador, Valor da Empresa, para todas as

empresas listadas, é o valor da empresa incluindo dinheiro (EVIC) da respectiva empresa. Para empresas de capital fechado, é a soma entre o patrimônio líquido e a dívida da empresa.

O resultado das fórmulas acima para cada fundo será ponderado pelo tempo de custódia do ativo no fundo, sendo uma fração de tempo de sua emissão anual e a representatividade dos investimentos da JGP no total de *equity* ou total de dívida da empresa emissora.

Seguindo as diretrizes do PCAF, o Plano de Descarbonização da JGP distingue três opções diferentes para calcular as emissões financiadas, destacando que a prioridade deve ser dada para a Opção 1 seguida da 2 e por último a 3.

- **Opção 1:** Emissões relatadas, onde emissões verificadas ou não verificadas são coletadas nos relatórios de sustentabilidade das empresas ou indiretamente, por meio de provedores terceirizados verificados (ex: CDP).
- **Opção 2:** Emissões baseadas na atividade física, onde as emissões são estimadas pela instituição financeira com base em dados de atividade física primária coletados da empresa investida (por exemplo, megawatt ou hora de gás natural consumido).
- **Opção 3:** Emissões baseadas na atividade econômica setorial, onde as emissões são estimadas pela instituição financeira, que relata com base em dados de atividade econômica coletados do mutuário ou empresa investida.

O cálculo de emissões dos ativos adquiridos constará em nossos sistemas proprietários, que estão sendo preparados para serem capazes de fornecer as informações de pegada de carbono de forma automática, com base em fontes legítimas de dados, auxiliando os *portfolio managers* em suas tomadas de decisão. Cada gestor deverá estabelecer, em cronograma a ser definido de forma compatível com o cronograma geral de descarbonização da JGP, uma estratégia típica de descarbonização de sua carteira. Essa estratégia deverá endereçar as metas estabelecidas em compromissos públicos pela JGP e ser compreensiva aos aspectos de reporte no modelo TCFD.

Adicionalmente aos esforços de apuração do inventário de GEE de nossa operação e dos portfólios sob nossa gestão, o Plano de Descarbonização deve ser articulado às outras iniciativas de transparência ESG empreendidas na JGP, destacando-se os *frameworks* analíticos setoriais e a plataforma de inteligência ESG.

Desafios na jornada ESG

Desde o início de nossa jornada ESG, identificamos uma série de desafios na incorporação dos fatores ESG no processo de análise. Podemos mencionar os questionamentos por parte de alguns entes sobre a eficiência da estratégia no que tange à geração de valor, à falta de material didático relevante, ao investimento de tempo necessário para implementá-la, mas destacamos a escassez de dados como o principal desafio nesse estágio inicial do processo.

Não nos referimos apenas à falta de divulgação de dados específicos dos temas ESG pelas empresas. Muitas vezes o dado não é divulgado da maneira correta, o que dificulta ou até impossibilita sua utilização. Podemos elencar alguns problemas nesse sentido.

Primeiro, a informação precisa ser material para o setor que estamos avaliando, ou seja, precisa ter relevância prática, afetar os negócios das companhias daquele segmento. Muitas empresas, que ainda estão atrasadas na sua jornada ESG, divulgam dados "padrão" para atender a demanda de investidores, mas sem atentar para a materialidade, e como consequência acabam não ajudando os investidores.

Segundo, as informações divulgadas precisam ter algum tipo de padronização, para que possamos comparar empresas do mesmo setor. Não havendo essa padronização, cada empresa utiliza um critério diferente, e com isso não conseguimos confrontar os dados quantitativos de forma eficaz.

Em terceiro lugar, vale mencionar a importância de como o dado é divulgado. As informações que buscamos são divulgadas de forma espalhada, em diversos relatórios (relatório de sustentabilidade, formulário de referência, website etc.), o que dificulta muito a sua obtenção de forma eficiente ou automatizada. Aqui caberia também um tipo de padronização pelo mercado.

Nosso passo seguinte foi buscar essas informações através de provedores externos; e há diversos deles. Porém, ao estudarmos suas características, vimos que eles não endereçavam os problemas que tínhamos identificado. Em sua maioria, os provedores buscavam os dados das empresas sem nenhuma análise crítica, e como consequência, encontramos muitos erros ao tentar comparar as empresas de um mesmo setor. De fato, muitos desses provedores sequer entravam em contato com as empresas ao fazer sua avaliação ESG, passo que consideramos fundamental no processo.

Face aos inúmeros desafios e à falta de fonte externa de qualidade, decidimos construir uma plataforma própria — não apenas com as informações quantitativas das empresas, mas também com nossos *frameworks* de análise setorial.

De *frameworks* setoriais à plataforma proprietária

Para o desenvolvimento de tais *frameworks* realizamos uma análise de materialidade, partindo dos padrões definidos pelo **SASB** (*Sustainability Accounting Standards Board*), que busca entender quais são os temas ESG mais sensíveis para cada setor.

Além de abordar indicadores quantitativos e qualitativos ESG, o *framework* mapeia as controvérsias em que a companhia tenha se envolvido nos anos recentes. Utilizamos informações públicas das empresas analisadas e fontes independentes e o *framework* é respondido a partir da interação regular dos analistas com as empresas e demais *stakeholders*. As companhias são colocadas como parte do processo e engajamos com as mesmas em um processo colaborativo.

Por fim, cada empresa analisada recebe um *score* ESG, que busca identificar quais serão mais bem sucedidas no processo de transição para um mundo mais consciente do ponto de vista socioambiental. Incorporamos o resultado dessa análise em nosso processo de tomada de decisão e em nossa plataforma proprietária. Por meio da mesma, é possível ter acesso à análise ESG das companhias, compreender quais temas são materiais para cada setor, acessar seus dados e notas ESG e realizar comparações intersetoriais (por meio de *scores* e métricas quantitativas).

A plataforma também possui uma ampla base de dados pois coletamos os indicadores ESG materiais das empresas analisadas e avaliamos como elas estão evoluindo nesses aspectos. Dessa maneira, monitoramos de perto os dados de cada companhia e identificamos com mais clareza quais estão progredindo e quais ainda precisam avançar na pauta e traçar metas mais ambiciosas. Ademais, os dados encontram-se de fácil acesso e ficam concentrados em determinadas páginas de nossa plataforma, facilitando a busca e acompanhamento das informações.

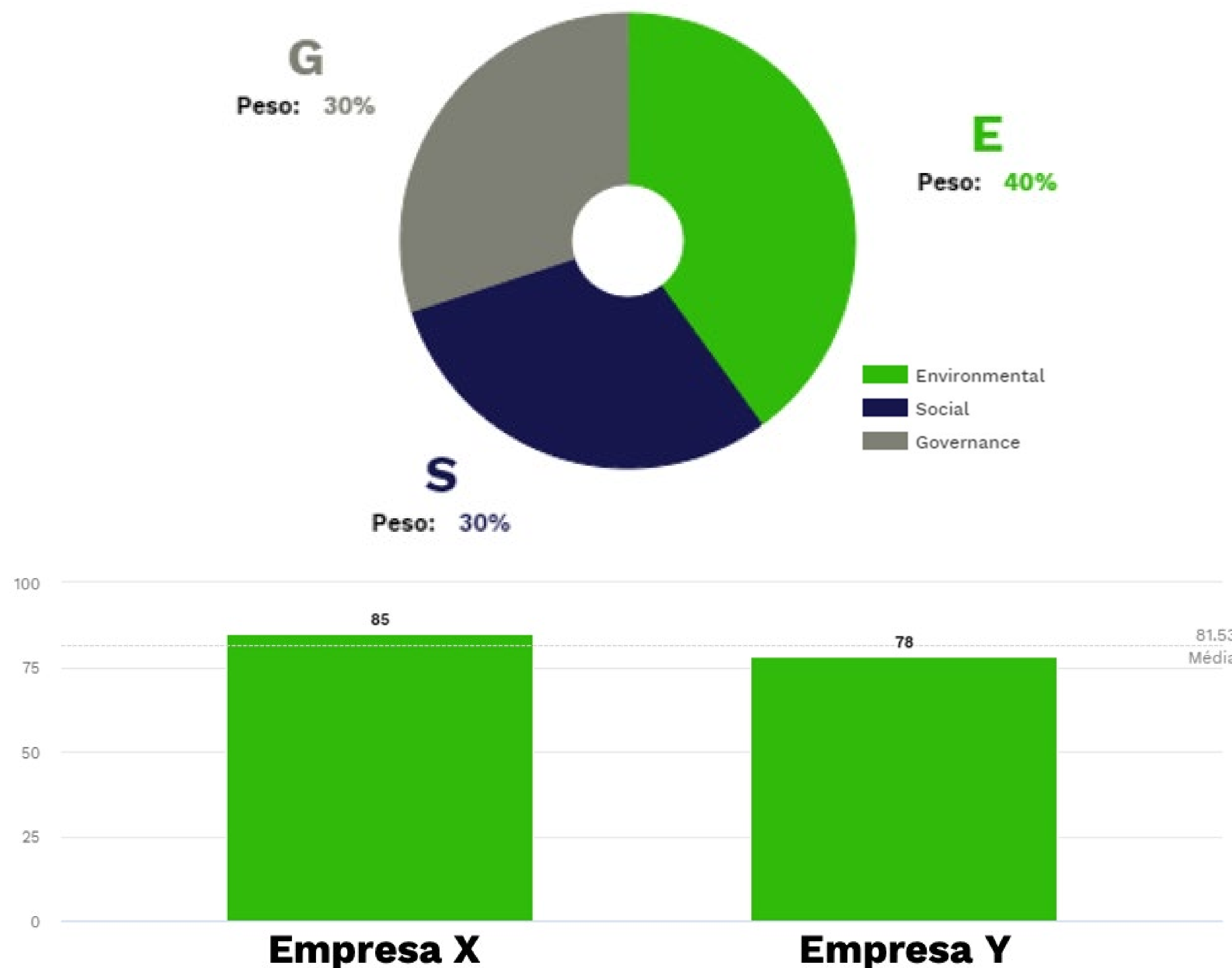
Acreditamos que a nossa plataforma possui uma série de vantagens quando comparada aos demais provedores externos. Podemos destacar os intensos estudos setoriais realizados por nosso time de análise (também responsável por criticar os dados), a tecnologia da plataforma, que busca automatizar ao máximo o processo e, enfim, a nossa extensa relação com as empresas, com as quais temos tido interações extremamente produtivas em busca da evolução na pauta ESG.

A plataforma segue o seguinte modelo:

Year

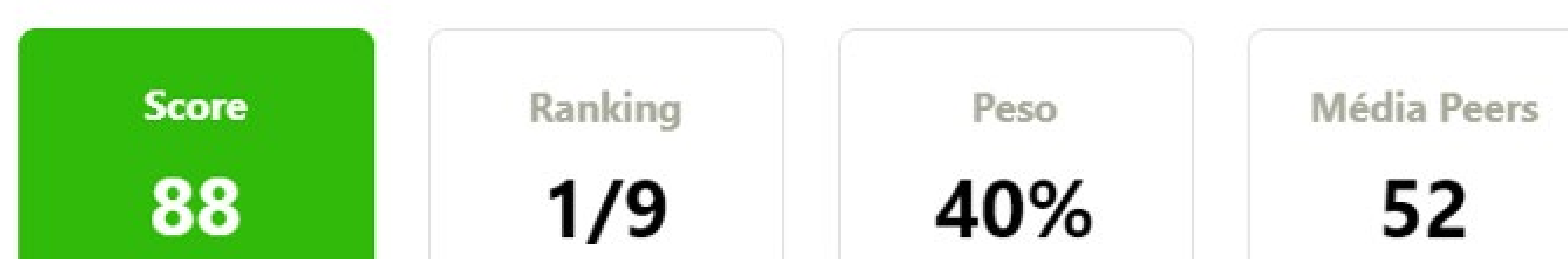
- Visão Geral**
- Ambiental >
- Social >
- Governança >
- Controvérsias
- Notas
- Dados

Visão Geral

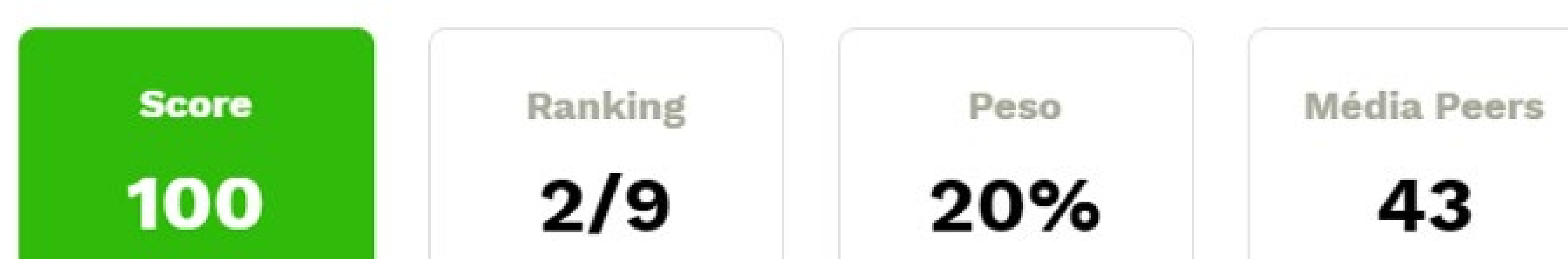


Dentre as demais métricas ESG, é possível acompanhar as emissões de gases de efeito estufa das companhias analisadas nos frameworks:

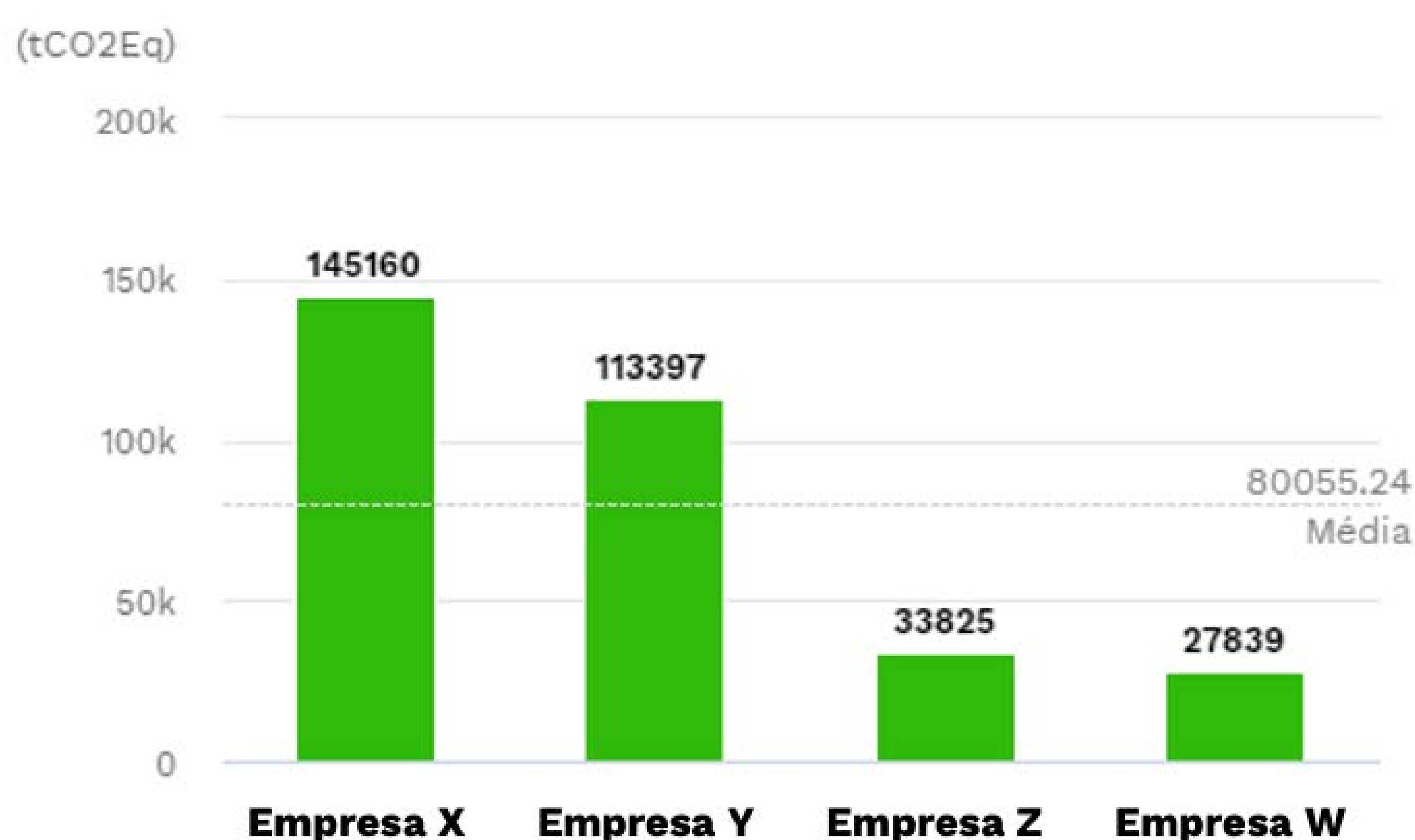
Ambiental



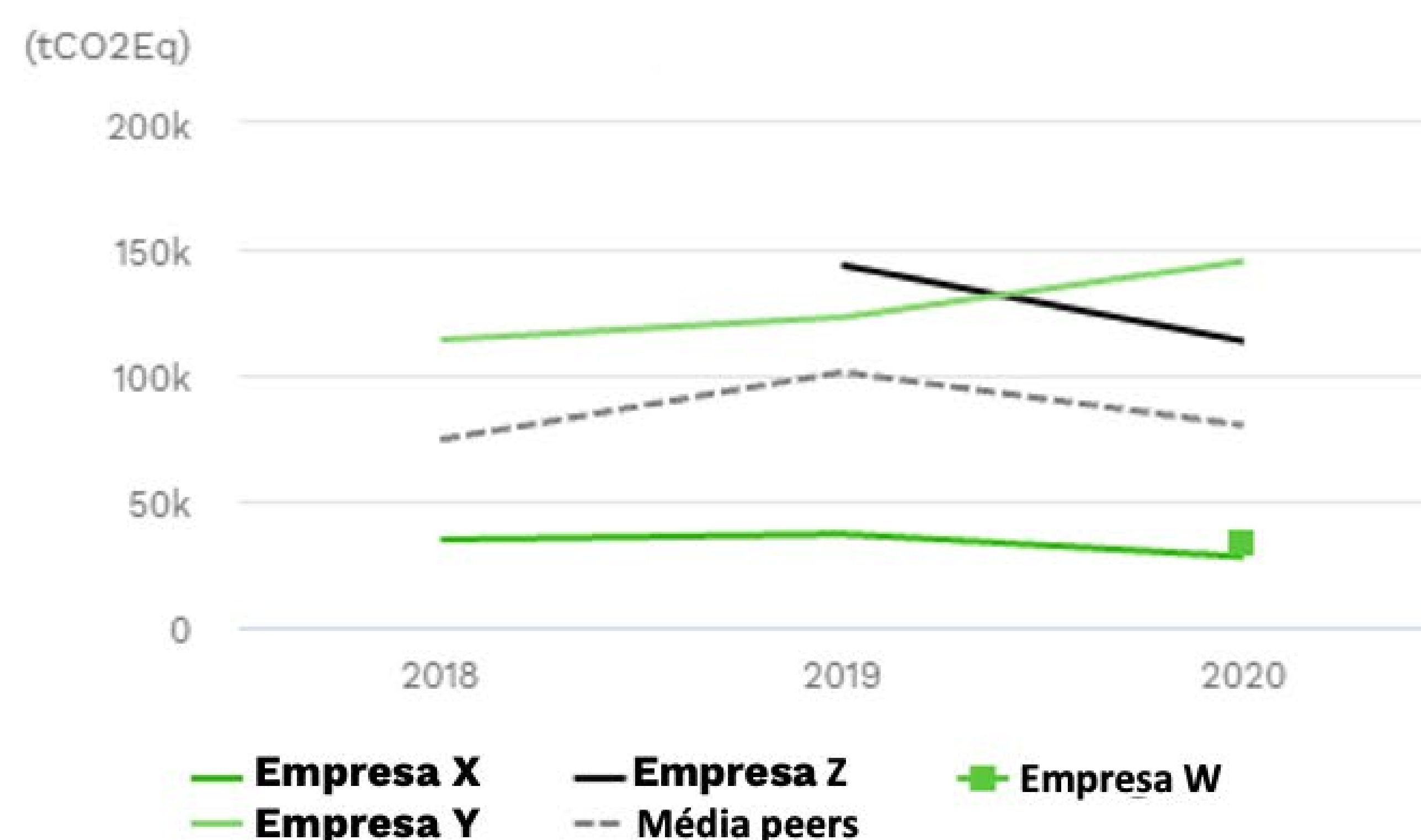
Mudanças Climáticas



Emissões



Evolução Emissões



Accountability

Os resultados obtidos do total de emissões do portfólio de investimentos da JGP serão publicados anualmente em seu relatório de impacto climático no modelo TCFD. Os relatórios serão publicados no mês de fevereiro com a apuração do ano encerrado e as ações a serem adotadas para o ciclo anual posterior com o aprendizado das lições do ciclo em análise e a correção de rumo da estratégia de descarbonização adotada. Periodicamente serão realizadas revisões dos indicadores climáticos do portfólio para adoção de ações corretivas em direção ao alcance – se possível antes de 2040 – do balanço neutro de carbono nas diferentes classes de ativo.

Priorização do *Insetting* como estratégia de gestão de portfólio

Como descrito em nossa visão do setor de finanças climáticas em seção específica do presente documento, não acreditamos que uma estratégia de descarbonização deva ser dependente de *offsets*. Pelo contrário, o esforço principal de qualquer empresa no alcance de suas metas de neutralidade de carbono deve ser focado na sua eficiência operacional, destacadamente em suas atividades principais de geração de valor. A eficiência operacional de uma gestora de recursos como a JGP se concentra na eficiência de alocação de seus investimentos e a priorização de ativos de baixo carbono, carbono neutro e, preferencialmente, carbono negativo.

O *offset* de carbono para atingirmos o balanço neutro de carbono deverá ser idealmente concentrado como forma de gerarmos neutralidade em nossos escopos de emissão operacional da estrutura física da empresa, tais como consumo de energia, e deslocamento dos seus colaboradores. Para esses casos, observarmos o nexos narrativo entre o fator de emissão de carbono e o fator de originação do crédito de carbono emitido. Por exemplo, ao tratarmos de emissões causadas por deslocamentos de colaboradores na cidade do Rio de Janeiro, devemos priorizar créditos de carbono emitidos para projetos de mobilidade urbana na mesma cidade.

O uso de *offset* para equilíbrio de nossa carteira de investimentos será sempre considerado como demonstrativo de ineficiência em nossas práticas de aquisição de ativos, devendo, portanto, ser evitado ao máximo e reduzido quando ainda for necessário. Nesses casos, devemos também observar o nexos narrativo entre os fatores de emissão e os fatores de originação dos créditos a serem adquiridos.

Atuação proativa com as empresas investidas

Para acelerarmos a neutralidade de carbono em nossa gestão de investimentos adotaremos como parte da estratégia de carbono três práticas relacionadas às empresas investidas:

1. Prospecção de ativos de baixo carbono, carbono neutro e carbono negativo;
2. Sensibilização de empresas investidas em relação à adoção de compromissos de neutralidade de carbono, desejavelmente via insetting, síncronos aos nossos compromissos climáticos;
3. Suporte ativo para estruturação de ativos de crédito com *Use of Proceeds* com resultados de carbono favoráveis ao alcance da neutralidade de carbono do nosso portfólio.

Enquanto na primeira prática, nos diferenciamos das práticas-padrão da indústria financeira de análises de ativos exclusivamente pela adoção de uma perspectiva de impacto climático, as duas seguintes configuram posturas proativas que deveremos adotar na JGP para alcançarmos a desejável meta de descarbonização.

Formação e Educação

Um dos principais desafios que encontramos em nosso processo de integração ESG foi a falta de materiais relevantes que discutam a temática de sustentabilidade com foco no contexto nacional. A indisponibilidade de informação acerca das diversas questões críticas socioambientais e de governança a serem endereçadas pelos agentes e corporações brasileiros nos incitou a fazer um esforço interno de autoeducação e produção de conteúdo.

Notamos, ao longo da nossa jornada de pesquisa, a necessidade de tornar públicos os conhecimentos que temos adquirido, a fim de fomentar a discussão ESG no país e avançar nas pautas em que estamos atrasados. Diante desta conclusão, definimos o fomento ao debate crítico ESG como uma das prioridades em nossa trajetória de descarbonização. Para tanto, a JGP investirá ao longo dos próximos anos em duas frentes de ação: o engajamento com as companhias e a produção de conteúdo através de nossas cartas.

O Engajamento

Acreditamos que o processo de engajamento é importante não apenas como parte do nosso processo de avaliação, como também para exercermos o *active ownership*, estimulando as melhores práticas. Temos conduzido esse processo com as companhias por meio do contato ativo com diretores e conselheiros, objetivando que elas gerem um impacto positivo na sociedade, por meio da evolução de suas práticas socioambientais e corporativas e através da divulgação e padronização dos dados ESG. Entendemos que essa estratégia é a melhor forma de atuação de investidores, pois tem o potencial de gerar externalidades positivas no longo prazo.

Por meio do engajamento, buscamos informações adicionais sobre a atividade e cultura das companhias para compreender os desafios e oportunidades ESG em nossos investimentos e, por vezes, debatemos a implementação de novas métricas ou projetos. Tentamos, também, compartilhar nossa visão acerca das fragilidades do setor, das temáticas que consideramos mais materiais e dos comportamentos que esperamos encontrar em companhias que almejem se tornar *best in class*.

Assim sendo, o engajamento torna-se parte fundamental de nosso plano de descarbonização. Essa etapa será fundamental para ampliarmos o leque de companhias em que possamos aferir um nível de credibilidade do ponto de vista de sustentabilidade que seja compatível com os nossos compromissos de descarbonização. O contato próximo com as companhias será determinante para mapearmos as companhias que de fato estão engajadas em suas estratégias ESG e para ajudarmos as companhias que estejam enfrentando dificuldades para adentrar nesta missão.

As Cartas ESG

Em nosso processo interno de integração ESG, perpassamos por diversas forças-tarefas e pesquisas setoriais e conjunturais. Como resultado, temos acumulado uma massa crítica relevante acerca de materialidade setorial, valor agregado da integração ESG, fragilidades do desenvolvimento do mercado ESG e diversos outros tópicos. Entendemos que dar publicidade a esse conhecimento é um caminho para incentivar a discussão ESG, alcançar demais *stakeholders* – para além das companhias com quem nos engajamos – e fomentar a produção

de materiais com conotação didática e científica no país. Para tanto, definimos o objetivo de publicar Cartas ESG que aprofundem determinada temática a fim de disponibilizar ao leitor um compilado de nossos estudos.

Nos últimos anos, tivemos um esforço significativo do ponto de vista de pesquisa, solidificação de teses e formação de cultura. Agora, a JGP está pronta para externalizar um pouco do que foi descoberto neste processo interno de integração. Acreditamos que essas publicações possam expandir o nosso potencial de mudança, fomentando o debate ESG, pontuando desafios e oportunidades a serem enfrentados pelas companhias e educando agentes consumidores e tantos outros stakeholders relevantes nesse ciclo. Ainda, queremos incitar a crítica construtiva e discussão nos fóruns de sustentabilidade para que possamos, eventualmente, revisar e aprimorar nossas premissas e convicções.

Há, portanto, um valor fundamental atrelado a esta atividade no que tange à nossa estratégia de descarbonização: para alcançarmos o *net zero*, não bastará nossa modificação e evolução individual, será preciso mobilizar toda a sociedade e encontrar um consenso.

Compromissos Climáticos

O ESG traz a necessidade de um entendimento mais sistêmico do mundo, inclusive nos negócios. Sendo assim, ainda que com valores distintos, nações, indivíduos e empresas estão interconectados e sabemos que para combater as mudanças climáticas e ficarmos dentro dos limites estabelecidos pelo Acordo de Paris, deveremos agir em cooperação. Acreditamos que o engajamento coletivo entre os distintos agentes da economia é um fator-chave para endereçar melhores práticas de responsabilidade climática.

Portanto, mantendo uma postura ativa e diligente, conseguiremos fomentar o impacto no meio ambiente. Isto posto, desde outubro de 2019 temos aumentado a participação em diferentes selos e grupos de engajamento, sendo grande parte desses compromissos climáticos e com foco na conservação do meio ambiente, pois buscamos participar e contribuir para o desenvolvimento de um mercado de capitais mais responsável sob o prisma socioambiental.

Nos comprometemos com as seguintes iniciativas:

- **Principles for Responsible Investment (PRI)** – por meio da qual demonstramos publicamente o nosso compromisso com investimento responsável e nos unimos a uma comunidade global que busca construir um sistema financeiro mais sustentável.
- **Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais** – nos comprometemos a ajudar no desenvolvimento da cultura de *stewardship* no Brasil, disseminando o senso de propriedade nos investidores e tratando o engajamento responsável como nosso dever fiduciário.
- **Investidores pelo Clima (IPC)** – nos comprometemos a reportar avanços em relação à gestão de riscos e oportunidades climáticas dos nossos portfólios e a engajarmos com companhias investidas para endereçar as mudanças climáticas em suas políticas e práticas.
- **Manifesto Empresarial da CEBDS** – por meio do qual defendemos pontos prioritários para o desenvolvimento sustentável e para o combate ao desmatamento no Brasil. O CEBDS tem como objetivo pressionar os três poderes da República contra o desmatamento na Amazônia.
- **Climate Action 100+** – a iniciativa intenta que os maiores emissores corporativos de gases do efeito estufa tomem medidas necessárias acerca das mudanças climáticas e por meio dela engajamos com companhias para que essas reduzam as suas emissões.
- **Carbon Disclosure Project (CDP)** – apoiamos a instituição sem fins lucrativos que visa mobilizar investidores, companhias e governos com o objetivo de desenvolver e acelerar ações ambientais e por meio da qual temos acessos a dados ESG de diversas companhias.
- **Science Based Targets Initiative (SBTi)** – essa iniciativa, apoiada pela JGP, define metas para impulsionar ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as empresas estabeleçam metas de reduções de emissões baseadas na ciência.
- **Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)** – declaramos publicamente apoio às recomendações do TCFD, que busca criar um padrão comum para que empresas possam medir riscos financeiros relacionados ao clima.
- **Net Zero Asset Managers Initiative** – composta por um grupo internacional de gestores de recursos comprometidos em apoiar os esforços globais para limitar o aquecimento a 1,5 grau Celsius e traçar metas para alcançar o netzero. Por meio da iniciativa nos comprometemos a nos tornar netzero até 2040.
- **Innovative Finance for the Amazon, Cerrado and Chaco (IFACC)** – uma iniciativa que tem como objetivo expandir o financiamento para carne e soja, livres de desmatamento/conversão, em tais regiões.
- **Financial Sector Commitment Letter on Eliminating Commodity-driven Deforestation** – apoiamos o compromisso que busca combater o desmatamento decorrente de produção de *commodities*.
- **Partnership for Carbon Accounting Financials** – por meio da qual nos comprometemos a medir e divulgar as emissões de gases do efeito estufa dos nossos portfólios.

Crédito Verde

Ao reconhecermos a escassez de investimentos que sejam ousados em suas metas de carbono e competitivos na rentabilidade para nossos investidores, passamos a adotar uma postura proativa também na captação e estruturação de operações de crédito verde junto ao mercado.

Dada a baixa maturidade do mercado financeiro brasileiro em relação às finanças verdes e climáticas, precisamos adequar a estrutura interna de serviços da JGP para operar de forma mais ampla e sistêmica do que efetivamente realizamos em nossas outras linhas de serviços mais tradicionais.

A prática de estruturação proprietária de operações verdes é orientada por quatro etapas próprias para cada ativo originado:

1. Diagnóstico Situacional e de Governança

Para participar do mercado de finanças sustentáveis, as empresas emissoras precisam comprovar que têm níveis mínimos de governança de ESG em suas operações. Da mesma forma, suas estratégias de negócio devem estar compatíveis com premissas de um balanço positivo de externalidades sociais e ambientais. Nesse estágio, avaliamos o perfil da empresa e suas necessidades de captação, sugerindo adequações e apoiando sua adaptação para atendimento aos nossos requisitos ESG.

2. Modelagem de Soluções Sustentáveis de Crédito

A partir do posicionamento da empresa e seus interesses de investimento, observamos dentro da diversidade de produtos financeiros ESG existentes as soluções que mais se adequem às suas realidades financeiras e de estratégia de negócios. Buscamos construir, em parceria com os emissores, a melhor relação entre perfil da oferta e otimização das externalidades ambientais e sociais produzidas.

3. Estruturação Integral de Soluções Sustentáveis de Crédito

Atuamos como ponto único de convergência das várias atividades conectadas aos produtos estruturados de crédito. Nos articulamos com diversas parcerias para que a estruturação da solução escolhida pela emissora seja simplificada, objetiva e com menor comprometimento do foco e rotina da empresa e seus executivos.

4. Gestão de Produtos de Crédito ESG

Realizamos a gestão integral da solução de crédito. Nossa gestão ativa, presente nos produtos tradicionais, expande-se em soluções ESG, abrangendo relacionamento customizado com investidores de impacto e concessionais, monitoramento de externalidades geradas, reporte de resultados financeiros e indicadores ESG, relacionamento com comitê científico e outras necessidades específicas dos produtos ESG mais sofisticados.

Eficiência de alocação de investimentos baseada no alinhamento entre rentabilidade e impacto ecossistêmico

É claro, para nós, que não há concorrência entre retornos financeiros e geração de externalidades positivas. O real compromisso com a transformação positiva do mundo tem se mostrado a melhor decisão ética e financeira. A construção da sinergia entre ESG e rentabilidade, no entanto, não é simples.

No mercado financeiro é muito comum escutarmos a lenda urbana que diz que o investidor precisa abrir mão da rentabilidade financeira para patrocinar externalidades ESG. Há um enorme contingente de empresas e projetos que são grandes geradores de externalidades e que hoje sofrem restrição de oferta de capital no Brasil, quase sempre por serem pequenas ou por atuarem em nichos muito específicos. Um fundo comprometido em alcançar essas empresas, com uma equipe atuante no ecossistema da sustentabilidade, pode destravar essas externalidades ao mesmo tempo em que auferir rentabilidade equivalente ou até mesmo superior à encontrada no universo de debêntures negociadas no escalável mercado tradicional de crédito. O trabalho da JGP rumo à descarbonização de seu portfólio está em otimizar esse balanço entre patrocínio de externalidades e rentabilidade para os investidores. Por enquanto, seguimos convivendo com a pergunta frequente de bancos e intermediários financeiros acerca de quão mais baixa a rentabilidade de determinado título poderia ser se o emissor se comprometesse com alguma métrica de sustentabilidade, prova de que a lenda urbana ainda existe. No geral, buscamos explicar que a busca pela sustentabilidade não deveria ser elástica a uma redução de custo financeiro de curto prazo (como o cupom de uma dívida), mas sim encarada como uma estratégia chave que deverá responder por grande parte do sucesso de crescimento e perpetuidade dos negócios no futuro.

A dedicação ao engajamento ativo com as companhias investidas para combate a essas não-questões e oferecimento de veículos de investimentos que permitam a maximização entre risco e retorno ampliado (financeiro, ambiental, social e demais externalidades geradas) é uma das atividades que deverão ser mantidas e fomentadas no decorrer de nosso Plano de Descarbonização.

Adicionalmente, para que se faça a transição entre as estratégias anteriores ao compromisso de descarbonização e as atualmente adotadas, serão incorporados os princípios de prudência e responsabilidade fiduciária, com intensiva interação com nossos investidores para sensibilização sobre a nova economia verde e seus impactos nas tomadas de decisão de investimento.

Acreditamos que as teses de investimento em descarbonização sejam naturalmente competitivas, usufruindo do prêmio verde nesse momento de transição e protegidas da inflação verde que já é vista em setores e produtos que não fizeram sua migração para o novo modelo econômico. No entanto, para que essa transição seja engajadora e demonstrativa de que agendas climáticas não são decrementais de retorno de investimento, a inovação financeira será parte crítica de nosso plano de descarbonização como veremos a seguir.

Inovação no desenho de mecanismos financeiros focados em mudanças climáticas

Para mantermos o princípio de alinhamento entre competitividade econômica dos produtos financeiros e sua capacidade de geração de externalidades positivas, necessitamos repensar os modelos tradicionais dos mecanismos financeiros, destacadamente dos produtos de crédito.

Em termos de inovação financeira, as principais diretrizes para sua aplicação no plano de descarbonização são:

- 1. Incorporação de novas moedas verdes nos mecanismos de crédito** — a transição para economia verde deve ser acompanhada pela monetização dos benefícios ambientais auferidos pelos investimentos. Para tanto, aprofundaremos em nossas estruturas financeiras de crédito o uso de créditos de carbono, biobonds e pagamentos de serviços ambientais como forma de remuneração de investidores, fatores de cálculo de performance, garantias e amortização de parcelas.

2. Parceria com entidades filantrópicas e concessionais — pela baixa maturidade do mercado investidor local brasileiro, acreditamos que o formato mais adequado para ampliarmos a escala de nossos impactos será a adoção de plataformas de *blended finance* como parte crítica de nosso portfólio de crédito. Para a expansão do *blended finance* em nossas estratégias de crédito, intensificaremos o relacionamento já existente com entidades concessionais e filantrópicas capazes de fornecer capital catalítico de impacto para composição de mecanismos financeiros atrativos aos investidores comerciais e compatíveis com o perfil demandado para a transição climática das empresas investidas.

3. Aproximação com a academia — a quantificação de impactos climáticos de nossas carteiras e a definição das melhores práticas para mitigação dos impactos das atividades econômicas investidas dependem de conhecimentos interdisciplinares específicos que não se encontram na indústria financeira. A aliança com a academia e organismos científicos deve ser a base da sofisticação de nossas ações de combate às mudanças climáticas. Essa parceria se intensificará através de convênios, bolsas de pesquisas e qualificação científica dos colaboradores da JGP. Parcerias de inovação aberta com áreas de conhecimento e pesquisa das empresas investidas serão intensificadas, aumentando dessa forma o compromisso das empresas investidas e as sinergias de esforços em P&D+I da JGP com o ecossistema financeiro nacional e internacional.

Inventário de Gases do Efeito Estufa

Buscando criar uma base sólida para a nossa gestão climática e conseguir traçar metas e planos ambientais concretos, iniciamos a colaboração com uma consultoria para realizar o nosso inventário de emissões de gases do efeito estufa. Estamos na finalização dos cálculos do escopo 1 e 2 e já iniciamos o processo de contabilização do nosso escopo 3, que possui como principal fonte de emissão os ativos contidos em nossos portfólios.

Haja vista que possuímos portfólios dinâmicos, acreditamos que a maneira mais transparente e realista seja calcular as emissões das nossas carteiras de ativos em uma frequência maior que anual. Buscando otimizar o processo, estamos estruturando com a consultoria contratada uma transferência do *know-how* da inteligência do cálculo das emissões de gases do efeito estufa para a nossa equipe e nossos sistemas. Dessa maneira, poderemos contabilizar

**Rio de Janeiro - RJ — Brasil**

Rua Humaitá 275, 11º e 12º andares

Humaitá, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22261-005

Telefone +55 21 3528.8200

www.jgp.com.br**São Paulo - SP — Brasil**

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2277

Cj. 1904, 19º andar – Jd. Paulistano

São Paulo – SP — Brasil

CEP: 01452-000

Telefone +55 11 4878.0001

Este material é meramente informativo e não considera os objetivos de investimento, a situação financeira ou as necessidades individuais de um ou de determinado grupo de investidores. Recomendamos a consulta de profissionais especializados para decisão de investimentos. Fundos de Investimento não contam com a Garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro, ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito – FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto ou do regulamento do Fundo de Investimento antes de aplicar seus recursos.

Descrição do tipo ANBIMA disponível no formulário de informações complementares. As rentabilidades divulgadas são líquidas de taxa de administração e performance e bruta de impostos. As informações e conclusões contidas neste material podem ser alteradas a qualquer tempo, sem que seja necessária prévia comunicação. Este material não pode ser copiado, reproduzido ou distribuído sem a prévia e expressa concordância da JGP.

Para maiores informações, consulte nossa área comercial: jgp@jgp.com.br.

Signatory of:

